

SAUDAÇÃO SENADORA KATIA ABREU.

É a Senadora Kátia Abreu, hoje, o símbolo maior de defesa do patrimônio agropecuário do Brasil, setor responsável por 24% do PIB, 36% da força de trabalho, gerando 36% das exportações brasileiras.

O Brasil é uma nação naturalmente vocacionada para a agropecuária. Um velho político mineiro, que, embora tivesse alguma dificuldade na leitura de textos preparados, com muita propriedade definiu o Brasil como celeiro do mundo.

Dos cinco BRICs é aquele país que, não obstante as crises que se multiplicaram no mundo por excesso de políticos e escassez de estadistas, por força de governos suscetíveis ao populismo, mais condições tem de crescimento, É um país ensolarado, como não o são China, Rússia e Índia. Tem população adequada e com possibilidade de crescimento sem estar pressionado com o controle populacional que China e Índia promovem. Possui terras amplamente agriculturáveis, inclusive as do Nordeste árido. Infelizmente, algumas terras aqui serão revitalizadas pelo enfraquecimento do Velho Chico, apesar da existência de variada gama de alternativas menos custosas e mais efetivas, como

demonstramos com outros autores no livro “A transposição do São Francisco” (Ed. Juruá, 2010). Tais predicados os outros países do BRICs não têm. Sua extensão territorial é semelhante à China, Índia e até da Rússia, coberta por uma vastidão de terras geladas. Não possui os conflitos religiosos e das castas da Índia, nem as reminiscências do “apartheid” da África do Sul. Não é uma economia de mercado suportada por uma ditadura política como ocorre com a China, cujo regime político ainda não se adaptou à democracia ocidental. Aqui não há os altos e baixos nos costumes políticos e na economia tismados pela presença de poderosos grupos empresariais vinculados a outros de perfil ético duvidoso, como na Rússia.

Esta é a razão por que o mais vocacionado dos Brics para a produção agropecuária no mundo, necessitaria ter alguém a liderar suas justas reivindicações a fim de garantir os legítimos direitos à terra e ao dever de produzir. Precisaria ter alguém que transcendesse o comum das lideranças empresariais e regionais para, de um lado, mostrar a realidade do campo e batalhar pelo crescimento do Brasil como o grande produtor mundial de alimentos e, de outro lado, opor-se à crescente e ideológica intervenção daquela corrente que pretende que o mundo volte aos

tempos neandertais, com uma preservação do meio ambiente não de forma científica, mas utópica. É de se lembrar que, em afrontosa violação constitucional, nossos governos ofereceram quase 15% do território nacional para pouco mais de meio milhão de índios brasileiros, peruanos, bolivianos, venezuelanos, paraguaios e argentinos de etnia comum. E desse pouco mais de meio milhão - a população indígena do Brasil gira em torno de 800 mil - , 40% não moram em reservas, segundo noticia a imprensa. Creio que o Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, ao votar isolada, mas sabiamente quando a Corte enfrentou a questão indígena, bem acentuou que o Brasil de 192 milhões de habitantes não poderia ver 1/6 de seu território dedicado a pouco mais de meio milhão de indígenas para que vivam na sua forma ancestral, ou seja, transformando 1/6 do Brasil em verdadeiro “museu do índio” para o mundo se deleitar!!!

Em nossos Comentários à Constituição do Brasil, Celso Bastos e eu, em mais de 12.000 páginas e 15 volumes pela Editora Saraiva, demonstramos que o art. 231 da Constituição Brasileira trata das terras que ocupavam no dia 05/10/88, ou seja, menos de meio por cento do território nacional e não em que ocuparam no passado. Mudando o tempo do verbo, entretanto, o Pretório Excelso, que tem

a última palavra, e, como dizia o saudoso Ministro Oscar Corrêa, com o direito de errar em último lugar, estendeu, a meu ver, a vontade do constituinte que era de reservar menos 0,5% do território nacional para 15%, em clara afronta a soberania do país, mormente se considerarmos que o Brasil assinou Declaração de Defesa dos povos indígenas – algo que nem os Estados Unidos nem a Austrália assinaram - que permite a ONU inclusive intervir no país para preservar os direitos que lhes teriam sido atribuídos.

Nesta linha, para tornar o país uma potência econômica e não, um feudo ideológico mundial dos que não compreendem os desafios da humanidade, o Brasil precisaria ter um líder, que terminou surgindo na fantástica figura da Senadora Kátia Abreu.

Já era eu advogado e professor universitário em 1962, casado e com dois filhos, e a Senadora Kátia Abreu ainda não tinha nascido. Nasceu em Goiânia e formou-se em Psicologia, sem ter experiência maior no setor agropecuário, senão aquela de ter-se casado com um notável agropecuarista, que tendo falecido em 1987, em acidente de avião, deixou-lhe o legado de ter que conduzir uma fazenda e sustentar dois filhos e um terceiro a caminho, sem experiência maior. A previdência de seu marido era tanta que deixou para a Senadora Kátia instruções, em caso de sua falta, de

como dirigir a propriedade, cuidar dos financiamentos, explorar novas áreas, ter uma fazenda rentável, inclusive com uma visão social de integrar o homem à terra em condições em que a dignidade humana é valorizada.

E com raro talento, não só no papel de mãe e de empresária, levou à frente a empresa do marido, e se tornou uma corajosa líder regional assumindo a presidência do Sindicato Rural de Gurupi para, em seguida, ser eleita presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, entre 1995 e 2005. Desde 2008 é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), onde tem realizado trabalho de tal monta, que é conhecida não apenas como indiscutível destaque neste segmento produtivo, como em toda a nação, sendo, pois, a real defensora de um Brasil maior a partir do segmento gerador de riqueza, que é o setor empresarial.

Tendo compreendido que as grandes questões do país passam pelo Congresso Nacional, que representa a totalidade da nação, pois lá se encontra a situação e a oposição, algo que não ocorre com o Executivo, que apenas representa a maioria e nem sempre, quando das eleições de 2º turno, candidatou-se a deputada federal em 1996, quando foi primeira suplente, em 2002, quando se elegeu e,

em 2006, quando se candidatou e se elegeu Senadora da República com mandato até 2015.

Como não poderia deixar de ser, com seu inabalável espírito de liderança e permanente crença num país maior, sem ideologias deletérias, geradoras de ditadores, tornou-se, como senadora, uma referência no Congresso Nacional. É, hoje, de longe, a mais conhecida líder agropecuarista do país, por ter conseguido enfrentar aquele segmento mais atingido pela “multiforme vaga ambientalista”, cujo discurso quase sempre não corresponde à realidade dos fatos. Lembro história que contam de Hegel, pai do idealismo filosófico, ou seja, de que contestado por um discípulo, de que suas idéias não se conformavam aos fatos, respondeu “Pior para os fatos”. Muitas vezes, os ambientalistas tem uma visão hegeliana dos fatos, gerando um enorme mal ao país. Em 1991, um velho e saudoso amigo, também Senador da República, Roberto Campos, e eu enfrentamos, em Congresso na cidade de Bonn, na Alemanha, dois professores alemães, em evento patrocinado pela Fundação Konrad Adenauer. Entendiam tais professores que a Amazônia, para assegurar o meio ambiente adequado para o mundo, deveria ser universalizada e não ficar apenas na soberania do Brasil. Conferencistas, no mesmo painel, tal afirmação provocou

imediate reação nossa a tal ponto que, para a conclusão das palestras dos quatro, o deputado alemão Görgen, que presidia a sessão fez questão de declarar que tal proposta não constaria dos anais daquele congresso, mas sim a nossa conclusão, de Roberto e minha, defendendo a ampla e irrestrita soberania do Brasil no concernente à Amazônia, de tal maneira que o “direito de ingerência”, que as grandes nações muitas vezes se auto-outorgam para justificar invasões, em tese, a favor da paz mundial, sequer se aplicaria na defesa ambiental.

Trago tais reflexões a este discurso de saudação à eminente Senadora, lídima e admirável líder dos verdadeiros interesses do país e dos direitos daqueles que tornaram a nação uma potência agropecuária no mundo, para mostrar o quanto esta luta é importante, porque muitas vezes a ignorância econômica e do futuro da humanidade está na proporção inversa de uma ideologia ambientalista.

John Rawls, em sua Teoria da Justiça, dizia serem as “ideologias abrangentes” aquelas que não admitem contestação inviabilizadoras do Estado de Direito Democrático. Somente as “teorias não abrangentes”, apesar do que chama, o renomado filósofo, de “véu de ignorância do povo” - comum a todas as

democracias -, permite o conviver de opiniões e a liberdade de expressão, razão pela qual, uma democracia se faz com a liberdade de expressão, de empreender e de lutar pelo crescimento social, econômico, cultural e político de uma nação.

A Senadora Kátia é a legítima representante desta classe de estadistas de que o mundo é tão carente, pois sua luta e seus ideais para tornarem o Brasil um país diferenciado como potência e como nação socialmente justa, são hoje reconhecidos no país e no mundo, pela própria dimensão que a nação ganhou no concerto internacional.

Por esta razão, entende a Academia Brasileira de Filosofia, presidida pelo eminente pensador de renome internacional, Professor João Ricardo Moderno, necessário homenageá-la pelo que fez e pelo que fará ainda para o país, outorgando-lhe o título maior que oferta às personalidades brasileiras e internacionais que muito contribuíram para o crescimento e a paz mundial, que é o de doutora “honoris causa”.

Bem vinda, pois, à nossa Casa, Senadora Kátia Abreu.